

MANIFESTO CONACEN EM DEFESA DA AUTONOMIA E DO ORÇAMENTO DAS AGÊNCIAS REGULADORES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Brasília/DF – 15/julho/2025

A regulação do setor elétrico brasileiro é uma das maiores conquistas institucionais da nossa democracia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi criada para garantir equilíbrio entre os agentes do setor, proteger o interesse público, assegurar a qualidade dos serviços prestados e preservar a modicidade tarifária para os consumidores. Essa função não é simbólica, ela é essencial. Nos últimos anos, porém, a Aneel tem enfrentado sucessivos cortes orçamentários que comprometem sua capacidade de atuação. Em maio 2025, o bloqueio adicional de R\$ 38 milhões levou à demissão de centenas de profissionais, paralisou fiscalizações, suspendeu atendimentos e interrompeu o monitoramento de indicadores de qualidade, em um momento de renovação de contratos de concessão de várias distribuidoras do país e importante reforma do setor elétrico brasileiro. E tudo isso aconteceu mesmo com a arrecadação de R\$ 1,35 bilhão, prevista para o ano de 2025, oriunda de taxa embutida nas contas de energia elétrica pagas pelos Consumidores, essa contradição expõe um problema grave: os recursos existem, mas não chegam à agência. O resultado é o esvaziamento institucional de um órgão que deveria estar plenamente estruturado para defender o interesse público diante de um setor essencial, monopolista, concentrado e de alta complexidade técnica. Enfraquecer a regulação é desproteger a sociedade. Sem fiscalização ativa, sem mediadores técnicos independentes, sem instrumentos eficazes de controle, quem perde é o consumidor, especialmente os mais vulneráveis, que já enfrentam tarifas elevadas e pouca margem para reagir a falhas no serviço. A Aneel necessita funcionar com autonomia, previsibilidade e capacidade técnica. Isso exige orçamento compatível com suas atribuições, liberdade institucional para agir com base em critérios técnicos e respeito à sua função pública. Não se trata de defender uma estrutura burocrática. Trata-se de garantir que a energia elétrica, esse direito básico e pilar do desenvolvimento nacional, seja tratada com a responsabilidade que merece. Outra questão que fragiliza a Aneel é a falta de diretores, dos cinco, um cargo está vago há 14 meses e outro há 2 meses. Como os mandatos são de 5 anos, existe prazo suficiente para nossas autoridades executivas e legislativas cumprirem suas responsabilidades com a população brasileira no devido tempo. Adicionalmente, aumentos aprovados por deputados e senadores mediante acordo com o Governo Federal, elevam em 3,5% a conta de energia elétrica pelo custo adicional anual de R\$ 7,8 bilhões, pelos próximos 25 anos, graças aos três “jabutis”, PCH’s, Hidrogênio de Etanol e extensão do Proinfa, inseridos na Lei das Eólicas Offshore. O CONACEN, que representa os conselhos de consumidores de todo o país, manifesta sua preocupação com o cenário atual e é veemente em afirmar que proteger a Aneel é proteger o Estado brasileiro em sua função reguladora. A democracia se fortalece quando suas instituições de controle funcionam plenamente. E a Aneel é uma dessas instituições. É tempo de compromisso real com o interesse público. E esse compromisso começa com o respeito ao orçamento, à autonomia e à missão da agência reguladora do setor elétrico.